

## **MOBILIZAÇÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO: MANIFESTAÇÕES NO ANTES E DEPOIS DA LDB/1961 NAS PRODUÇÕES DO BANCO DA CAPES (2009-2019)**

**Lívia de Cerqueira Santos<sup>1</sup>; Antônia Almeida <sup>2</sup>;**

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [liviadecerqueira@gmail.com](mailto:liviadecerqueira@gmail.com)
2. Orientador, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [antoniasilva@uefs.br](mailto:antoniasilva@uefs.br)

**PALAVRAS-CHAVE:** LDB/1961; Lei 4.024/1961; direito à educação; Produção acadêmica

### **INTRODUÇÃO**

A aprovação da lei 4.024\61 foi resultado de um longo processo de disputas entre liberais e conservadores, que culminou numa espécie de consenso alcançado 15 anos após a Constituição Federal de 1946 (VENAS, 2018), se constituindo como a primeira delimitação de caráter nacional voltada para a educação. Considerando a importância histórica, social e política do processo que resultou na aprovação dessa Lei, o estudo aqui apresentado problematizou teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em educação, entre os anos de 2009-2019, e que tratam da Lei 4.024\1961.

Desta forma, o presente trabalho foi direcionado pela seguinte pergunta: Quais interpretações sobre a Lei 4.024\1961 as pesquisas empreendidas nos cursos de mestrado e doutorado em educação tem têm veiculado e que noção de direito à educação elas propagam?

### **MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)**

A pesquisa tomou como objeto de estudo teses e dissertações que foram defendidas em programas de pós-graduação em educação entre os anos de 2009-2019, disponíveis no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e que tratam da Lei 4.024\1961. A metodologia estabelecida baseia-se numa abordagem qualitativa e teve como inspiração os estudos do tipo estado da arte, dada a finalidade de mapear a produção, caracterizá-la e analisá-la. A seleção das produções foi realizada com base nos seguintes descritores: LDB de 4024\61; leis de educação; Diretrizes e bases da educação. Combinado aos descritores, também foram critérios de escolha das produções: vinculação específica aos programas credenciados na área de Educação; período de produção entre 2009 e 2019; disponibilidade no banco de teses da CAPES. Cabe registrar que a associação da produção ao período de 2009 a 2019 decorreu da conjunção de dois elementos: de um lado, a necessidade de delimitar um período de abrangência exequível, e, de outro, o fato de que o referido banco é relativamente recente, e não inclui produções mais antigas, embora já constem produções desde o início da década de 2000.

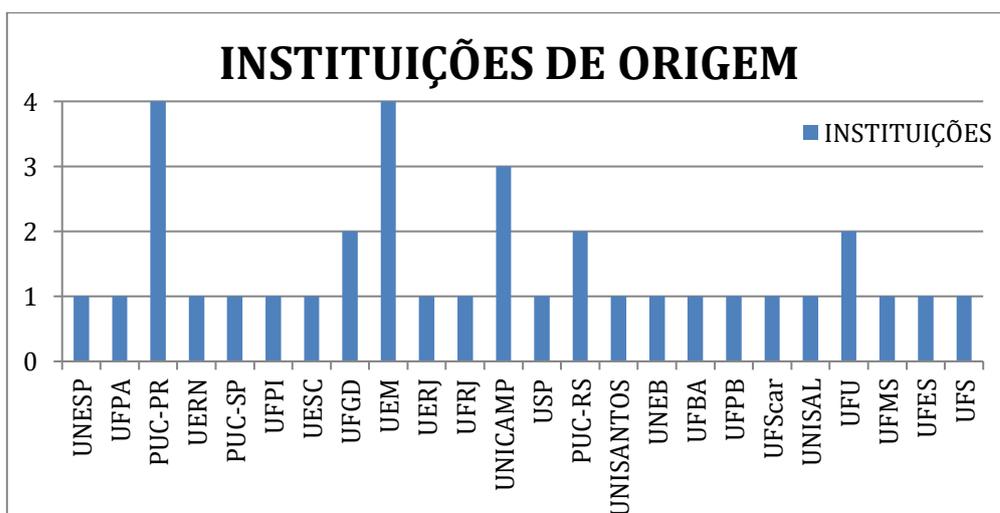
## RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

A primeira LDB, sancionada a 20 de dezembro de 1961, resultou de um longo e difícil jogo de trocas para garantir a conciliação entre liberais, conservadores e reformistas. Jogo que, de algum modo, indica a resistência da burguesia nacional para assegurar direitos educacionais básicos à população, pois sempre priorizou seus próprios interesses, especialmente os financeiros e doutrinários.

As teses e dissertações encontradas no banco da CAPES que remontam este período complexo em busca da construção da legislação educacional Brasileira. Foram pesquisadas a partir da definição de três descritores, em cada descritor foram encontrados números diferentes de trabalhos. No descritor LDB: 4.024\61 (8 trabalhos); Diretrizes e bases da educação (20 trabalhos) e no descritor Leis da Educação (7 trabalhos), no período compreendido entre 2009-2019. Ao todo foram identificados 35 trabalhos, sendo 25 dissertações e 10 teses. Sobre as regiões que estão localizadas as instituições de origem houve predominância das produções no eixo Sul e Sudeste, com 25 trabalhos, seguida do eixo Norte e Nordeste, com 7 trabalhos, e apenas 3 na região Centro Oeste.

De acordo com o gráfico, das instituições de origem podemos afirmar que a Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e a Estadual do Maringá (UEM) foram as instituições que mais produziram sobre o tema durante o período da pesquisa, com quatro produções cada. Seguida da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com três produções.

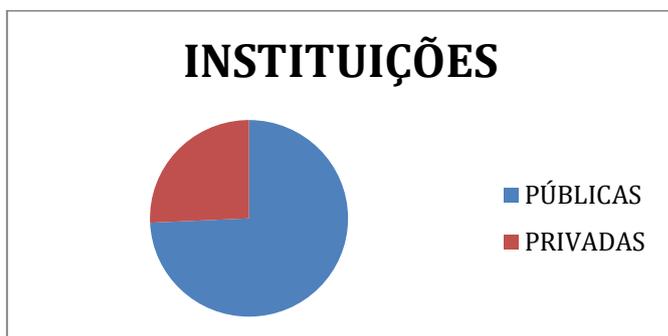
Gráfico 01 – Número de teses e dissertações por instituição



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

No gráfico 2 podemos observar a predominância de produções em programas de pós-graduação de universidades públicas, à exceção de 9 produções que foram realizadas em instituições privadas.

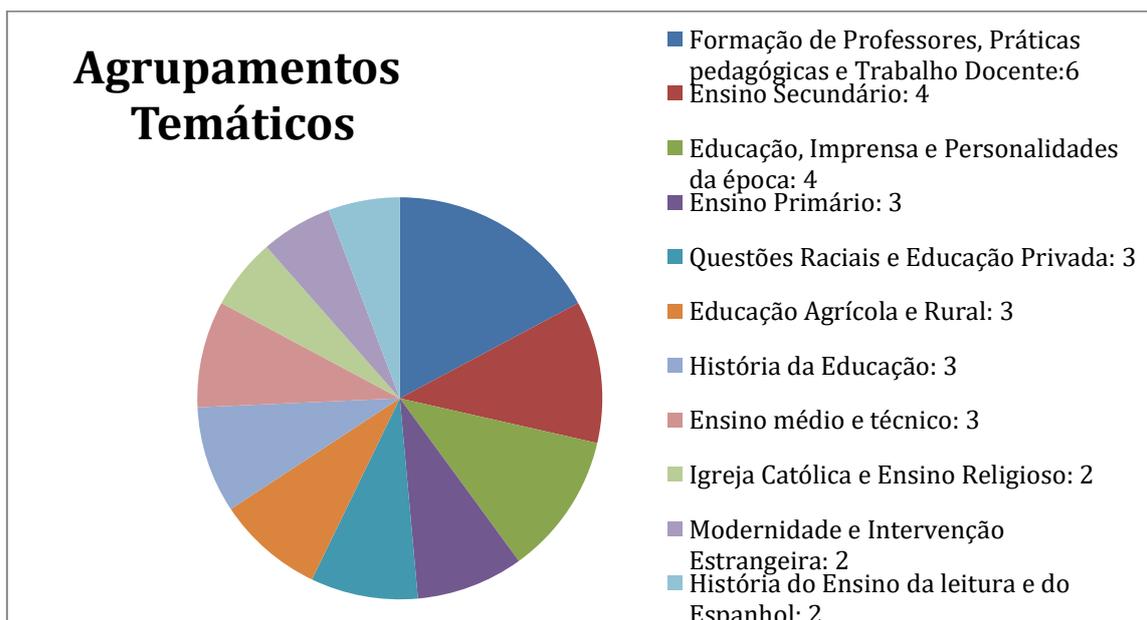
Gráfico 2- Instituições



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Quanto ao período, as produções revelam maior incidência nos anos de 2012, 2014 e 2016, com as seguintes totalizações: 4 (2009); 2 (2010); 1 (2011); 7 (2012); 2 (2013); 7 (2014); 2 (2015); 6 (2016); 3 (2017); 1 (2019). Os trabalhos encontrados sugerem os seguintes agrupamentos por temáticas abordadas, conforme se vê no gráfico 3.

Gráfico 3: Agrupamentos Temáticos



Fonte: Elaboração própria, com base no corpus da pesquisa.

O agrupamento Formação de professores com (6 trabalhos) nos possibilita concluir que o período de efervescência de discussões e aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases foi fundamental para garantir a previsão do direito à educação e expansão do ensino, permitindo que os pesquisadores entre os anos de 2009-2019 buscassem reconstruir práticas e trajetórias da Formação de professores do período, assim como analisar os grupos escolares e Escolas destinadas à formação de professores. Devido à escolha de tais objetos de pesquisa o destaque metodológico deste

agrupamento são as fontes documentais, principalmente aquelas presentes nos arquivos públicos e instituições escolares. Existe pouca utilização da história oral por meio de narrativas (apenas um trabalho apresenta tal metodologia), portanto, podemos inferir que os documentos públicos foram testemunhos cruciais para basear as análises e conclusões dos autores.

Em educação, imprensa e personalidades da época (4 trabalhos) os pesquisadores verificam um intenso papel da imprensa, principalmente, jornais e revistas ao se reportarem à conjuntura da época (1958-1964) e a importância dos intelectuais que construíram e defenderam a promulgação da lei. E o empenho das forças conservadoras contrárias à aprovação da lei e, conseqüentemente, à expansão do ensino público, além de demonstrar o caráter excludente que a burguesia brasileira historicamente assumiu. Todas as publicações deste bloco utilizam em suas fontes de pesquisas revistas, jornais e ou periódicos para fazer um diálogo entre educação e imprensa. Mediante o levantamento da produção sobre a LDB 4.024/1961 em programas de pós-graduação, verificou-se que predominaram pesquisas que buscaram reconstruir historicamente o contexto dos anos de 1958-1964, por meio, de enfoques diferentes, principalmente, a trajetória de instituições, personalidades da época e o ensino secundário. A abordagem metodológica que predominou foi a historiográfica e as pesquisas, em grande parte, utilizaram os documentos escritos, públicos e privados para remontar o passado e confirmar suas hipóteses. Portanto, o contexto de tramitação e promulgação da primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira é um terreno fértil para pesquisadores no âmbito político e educacional.

## REFERÊNCIAS

- ROMANOWSKI, J.P; VOSGERAU, D.S; Estudos de Revisão: Implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.
- ROMANOWSKI, J.P; ENS, R.T; As pesquisas denominadas do tipo: “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.
- SAVIANI, D.2007.Predominância da pedagogia nova (1947-1961). In: SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, p. 278-302.
- SAVIANI, D.1997. Antecedentes históricos da Nova LDB. In: SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação. Trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, p.9-21.
- VENAS, R. F. 2018. A influência norte-americana na política educacional brasileira dos anos 1960 e a elaboração de uma proposta de coordenação pedagógica para a Bahia. In: CARRERA, G. O.;DICK, S. M.; VENAS, R. F. (orgs.). **A Bahia na história da Educação**. Salvador, p. 29-40. VIEIRA, C. E. 2007. Jornal diário como fonte e como tema na pesquisa em História da Educação: Um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio (org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte, p. 11-17.